

A ACESSIBILIDADE LOCAL COMO FACTOR DE LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS DE PROXIMIDADE

Mateus, O e Serdoura, F

RESUMO

Os equipamentos colectivos assumem um papel fundamental na definição da qualidade de vida das populações, contribuindo de forma significativa para melhorar a vivência nas áreas residenciais. Na estruturação do tecido urbano, contribuem para o aumento da coesão social em áreas mais periféricas. O objectivo deste trabalho é o de demonstrar como os equipamentos colectivos existentes e propostos correspondem às necessidades decorrentes da dinâmica populacional que se perspectiva e perceber o grau de satisfação das áreas urbanas de cariz residencial relativamente à existência de equipamentos de proximidade. Este estudo pretende provar que a acessibilidade da população aos equipamentos de proximidade assenta em critérios de mobilidade de curta duração, fornecendo qualidade de vida às populações que os utilizam.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende contribuir para a definição de uma distribuição equilibrada dos equipamentos colectivos nas áreas urbanas, tendo por base as necessidades da população existente, com vista a atingir a qualidade de vida e a equidade entre as populações/cidadãos.

O estudo de caso incide sobre a cidade Barreiro, na Área Metropolitana de Lisboa, sendo a escolha de uma parte significativa da população trabalhadora na capital que elegem o concelho para residir.

A metodologia proposta recorre a técnicas de análise espacial complementada com recolha de dados, de forma a caracterizar a situação actual da rede de equipamentos colectivos.

2 CONCEITOS

2.1 Coesão territorial

A Lei de Bases do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (LBBOTDU) fala da importância de “reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas” (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, art. 3º), e salienta que a programação, criação e manutenção equipamentos colectivos (entre outros), deve procurar atenuar as assimetrias existentes tendo em conta as particularidades das populações, as acessibilidades e a adequação da capacidade de utilização (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto art. 6º).

A cidade é um sistema muito complexo que engloba aspectos de natureza social, cultural, económica, ambiental e formal. O crescimento desordenado, proveniente do não planeamento de soluções de expansão, trás problemas na vivência urbana. Esta fragilidade da coesão territorial verifica-se a várias escalas desde o país até ao bairro, e está normalmente ligada a debilidades ao nível do ordenamento e planeamento do território.

A introdução do conceito de coesão territorial, pretende diminuir as disparidades, desigualdades e injustiças, promovendo igualdade de acesso a equipamentos, bens e serviços, independentemente da realidade física, social e económica da população alvo (Francisco, 2008: 5).

A coesão territorial vem assegurar um desenvolvimento equilibrado entre espaços e garantir que os cidadãos conseguem usufruir das características do seu território (EC, 2009). Pretende-se a redução das disparidades, melhorando o acesso à educação e aos cuidados de saúde, aumentar a competitividade e promover a sustentabilidade, através da interligação de eficácia económica e coesão social.

2.2 Ordenamento do território

O conceito de Ordenamento do Território é apresentado na Carta Europeia de Ordenamento de Território como uma garantia de que cada parcela de terreno seja utilizada conforme a estratégia de conjunto, em função de uma composição justa e equilibrada, adaptada às necessidades da população a que se destina. Visa, entre outros, a utilização racional do território, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e a protecção do ambiente. (DGOT , 1984)

Deste modo, define objectivos estratégicos que orientem o modelo de ocupação, revelando-se, evidentemente útil na definição das redes de equipamentos colectivos ao permitir determinar a melhor localização, dimensionamento e tipologia do equipamento.

Segundo a DGOTDU, um dos objectivos do ordenamento do território e do urbanismo é a distribuição equilibrada das funções de habitação, cultura e lazer, incluindo a programação, criação e manutenção de equipamentos colectivos, tendo em conta as necessidades específicas das populações, a acessibilidade e a adequação de utilização. (DGOTDU, 2002:6)

Com o ordenamento do território pretende-se melhorar e/ou salvaguardar as condições de cada região, responsáveis pela qualidade de vida da população, assegurando equilíbrio e evitando desigualdades. O ordenamento do território é um processo integrador da organização do espaço, permitindo corrigir disparidades.

2.3 Conceito de Bairro

O conceito de bairro funciona como uma “comunidade agregada e identificada em torno de uma escola e outros equipamentos, serviços e actividades deste nível”. Cada bairro tende a ser auto sustentável na medida em que procura autonomia no equilíbrio entre procura e ofertas, cargas e capacidades de infra-estruturas, equipamentos e serviços. (Costa Lobo, 1998: 98)

Ebnezer Howard dizia que a escola é um equipamento de proximidade que funciona como núcleo central dos bairros, em torno da qual tudo se organizava. Este conceito verifica-se na actualidade.

O valor do equipamento urbano depende do bairro em que se insere, cada bairro tem uma identidade cultural de tradições e costumes próprios. Existem vários parâmetros a considerar como a história do bairro, sociologia do território e funcionamento urbano, estratégia de desenvolvimento, população e vivência.

Os equipamentos colectivos conferem ao bairro novas possibilidades de vivência, dando-lhe melhor inserção na envolvente e diminuindo as disparidades sociais (Lacaze, 1995). A função do equipamento vai impulsionar o fluxo do bairro.

2.4 Equipamentos colectivos

Os equipamentos são elementos essenciais na estruturação do tecido urbano e social. O seu papel fundamental é satisfazer as necessidades das populações e contribuir para a evolução permanente das áreas urbanas em que se inserem, resultado do progresso tecnológico e do desenvolvimento socioeconómico. (Costa Lobo, 1995: 86)

Os aspectos de localização, estão directamente ligados ao ordenamento do território. Além da preocupação da arquitectura do edifício em si, é necessário perceber a sua envolvente e acessibilidade.

Quando há uma mudança de necessidades ou exigências da população para com os equipamentos colectivos existem três opções: criação, eliminação e realocação. A criação sucede quando um novo equipamento é construído num local onde as necessidades não estejam satisfeitas. A eliminação de um equipamento existente ocorre quando a procura se torna insuficiente ou quando já não é suportado financeiramente. A realocação de um equipamento dá-se quando é criado noutra sítio de forma a responder às alterações de distribuição da população.

A densidade e distância são factores importantes do planeamento de equipamentos. Relativamente à densidade, faz variar as disparidades sociais e exclusão social. A concentração permite a facilidade de acesso e interligação de actividades. A distância deve ser resolvida através da interligação, o que implica não só meios de aceder mas também o acesso a saúde, educação. Do ponto de vista da arquitectura, o equipamento colectivo deve ter um carácter singular, destacando-se como elemento de marca e elemento de referência no espaço envolvente. É importante adoptar uma atitude crítica na formulação das necessidades actuais e futuras para cada tipo de equipamento planeado, uma vez que estas são mutáveis, estando em permanente evolução.

O planeamento de equipamentos assenta no recurso a projecções demográficas, de forma a estimar qual a estrutura da população dentro de um horizonte temporal definido, e, portanto, que tipo de equipamentos a população vai necessitar. É também necessário perceber os padrões de consumo, os hábitos locais, as aspirações, o modo de vida da população e o poder de compra.

É fundamental perceber os motivos de utilização dos indivíduos de forma a definir o tipo de equipamento que vai dar resposta às necessidades dos potenciais utilizadores.

3 CONSEQUÊNCIAS DA INTRODUÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLECTIVOS NA ESTRUTURA URBANA

Os equipamentos colectivos contribuem para a estruturação e organização do espaço, introduzindo novas dinâmicas na gestão e ordenamento do território. Em Portugal, estão, regra geral, localizados nos centros urbanos.

Os equipamentos devem ser capazes de responder às necessidades existentes, mas também, capazes de evoluir no tempo, de forma a acompanhar o crescente nível de procura, e satisfazer os anseios e aspirações das populações em acederem à cultura urbana.

O espaço urbano caracteriza-se por concentrar uma grande diversidade de funções e usos. É essa heterogeneidade que o torna tão apetecido e procurado. Esta atracção contribui para a sua expansão, criando áreas centrais onde se concentram os equipamentos colectivos, e áreas periféricas, que devido à falta destas instalações obriga a população a deslocar-se ao centro.

As características geográficas do território, a distribuição da população e a sua estrutura etária devem determinar a organização da rede de equipamentos colectivos. As orientações do nível de política de ordenamento do território devem ser igualmente consideradas, como garantia de uma repartição mais ajustada às realidades geográficas e socioeconómicas do concelho.

A estrutura espacial dos equipamentos colectivos depende da estrutura social (categorias sócio- profissionais; idades; composição familiar; nacionalidade, diplomas) do território para o qual se está a projectar. Através da estrutura social apercebemo-nos das práticas sociais representativas da área de estudo.

A configuração dos equipamentos (número, localização, e atributos) é definida através de normas. As estratégias de localização estão relacionadas com a atractividade do equipamento para os potenciais utilizadores, assim como outras variáveis tais como proximidade para com outros equipamentos, actividades ou usos de solo.

A localização dos equipamentos colectivos influencia as escolhas de localização dos domicílios e empresas. Isto deve-se ao facto destes elementos colocarem as pessoas naquele espaço onde vão criar relacionamentos, originando espaços socialmente funcionais e favoráveis à localização de outras funções. A presença de um equipamento funciona como um elemento atractivo levando a que tudo se localize em seu torno.

A qualidade do equipamento depende também se funciona como um só ou em aglomerado, no caso de equipamentos escolares uma escola básica de 1º ciclo que se localize perto de uma escola básica de 2º e 3º ciclos é uma mais-valia.

A criação e manutenção dos equipamentos colectivos devem ser justificadas através da maximização do seu uso, eficiência e benefícios para a população, tendo em conta a frequência de utilização e a função desempenhada pelo centro em que se insere.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Enquadramento Territorial

O Barreiro é um concelho pertencente à Área Metropolitana de Lisboa, localizando-se na margem sul do Estuário do rio Tejo. Pertence ao distrito de Setúbal e é constituído por oito freguesias: Barreiro, Alto do Seixalinho, Coima, Lavradio, Palhais, Santo André, Santo António da Charneca e Verderena. Tem uma área de 31,6 km² e uma população residente de 77893 habitantes (INE, 2008). A cidade do Barreiro apresenta uma posição estratégica por ser banhada pelo rio Tejo e o seu poder de atracção foi reforçado pela linha-férrea de Sul e Sueste em 1864, que possibilitava o transbordo para Lisboa.

Localiza-se a cerca de 40km de Lisboa, possibilitando a ligação através da Ponte 25 de Abril ou pela Ponte Vasco da Gama, e também por meio fluvial. Com a implementação das indústrias pela Companhia União Fabril (CUF) deste 1898, o Barreiro tornou-se uma vila industrial e operária. Esta faixa urbanizada, ainda muito marcada pela actividade industrial, outrora significativa, encontra-se actualmente em fraca recessão/reestruturação (Parque Empresarial da Quimiparque). Este crescimento e transformações resultaram num desordenamento do território, na existência de amplas áreas vazias, actividades incompatíveis com outras funções urbanas envolventes, problemas ambientais.

4.2 Enquadramento Demográfico

O concelho do Barreiro passou por três fases distintas de grandes alterações demográficas, verificando-se, até à década de 60 um crescimento populacional moderado, e um fortíssimo acréscimo populacional entre as décadas de 60 e 80. Este aumento repentino deveu-se à construção da Ponte 25 de Abril, da Auto-Estrada do Sul (A2) e, mais tarde, coma construção da via rápida do Barreiro.

A partir de 1981, verificou-se uma tendência de decréscimo populacional. Neste momento, o concelho encontra-se a perder população, estando as faixas etárias em decréscimo concentradas entre os 0-19 anos, o que levará, conseqüentemente à diminuição da pressão sobre os equipamentos educativos, e entre os 30-49. Este processo tem conduzido a um rápido envelhecimento populacional, não só devido ao aumento da esperança média de vida, como também à quebra da taxa de natalidade.

4.3 Situação existente – Análise espacial

A análise espacial procura provar que a movimentação e os fluxos correspondem a deslocamentos de menor percurso. A configuração gera condições de acessibilidade originando hierarquias de integração e segregação. Através desta forma espacial, podemos observar os locais mais prováveis de interacção social, ideais à localização de equipamentos colectivos.

Para o tema em estudo, foram tidos em conta duas medidas da análise sintaxe: integração total e integração local.

Com base na análise e observação do concelho (figura 1), a área norte corresponde ao centro do Barreiro, sendo a mais acessível (rodoviária, ferroviária e fluvial), reunindo os factores importantes favoráveis à localização (existente) do maior número de equipamentos colectivos.

Esta zona é a mais densa a nível populacional, devido à proximidade para com a zona industrial impulsionadora do crescimento do Barreiro, da linha-férrea e do rio. Os

equipamentos aqui existentes servem não só os bairros envolventes (de maior proximidade), como todo o concelho (de menor proximidade).



Fig. 1 Localização de Equipamentos Colectivos no Concelho do Barreiro

A integração total mostra-nos as zonas mais segregadas e integradas da área de estudo. A figura 2 demonstra quais as áreas mais integradas totalmente, correspondendo às zonas norte e centro do Concelho.

As vias que se encontram mais integradas são as distribuidoras principais de acesso ao concelho, fazendo ligação com as distribuidoras locais dos bairros com melhores condições de acesso aos equipamentos existentes nas suas imediações.



Fig. 2 Integração Total do Concelho do Barreiro

A integração local permite medir a centralidade e acessibilidade dos espaços. Observando a figura 3 verificamos quais as centralidades locais, potenciais estruturadoras de centralidades de bairros.

Esta via marca-se como a mais importante por dar acesso ao centro do Barreiro, ao longo da qual se encontram localizadas funções como comércio, serviços e alguns equipamentos. É a maior distribuidora local, a partir da qual podemos aceder aos aglomerados de maior expressão deste território.



Fig. 3 Integração Local do Concelho do Barreiro

5 CONCLUSÃO

Os equipamentos colectivos são elementos estruturantes do território, efectuando um papel importante na amenização da desigualdade e injustiça sociais, de forma a aumentar a qualidade de vida das populações. Desta forma, a rede de equipamentos deve ser projectada em função da população da área de estudo. A dinâmica populacional de cada local provoca carências e/ou excessos em alguns tipos de equipamentos.

A problemática dos equipamentos colectivos prende-se com a compreensão das necessidades e dos equipamentos a projectar (número, localização e atributos). A hierarquização de equipamentos relaciona-se com o pressuposto de que um equipamento de certo nível (como uma escola secundária) precisar que exista um equipamento de nível inferior (escola básica).

A distribuição de equipamentos está directamente relacionada com a acessibilidade e centralidade de cada espaço. A acessibilidade prende-se com as condições de distância, tempo e custo. Os indicadores de proximidade dependem de uma agregação de factores



referentes a transportes, desporto, creches, ensino, educação, cultura, trabalho (economia), espaços verdes, alojamento, saúde, formação profissional, guarda e polícia, comércio.

6 REFERÊNCIAS

Costa Lobo, M. et al. (1995) – Normas Urbanísticas. Vol. I Princípios e Conceitos Fundamentais, DGOT UTL;

Costa Lobo, M. et al. (1998) – Normas Urbanísticas. Vol. II Desenho Urbano, Apreciação de Planos, Perímetros Urbanos, DGOT UTL;

DGOT (1984) – Carta Europeia do Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Lisboa;

DGOTDU (2002) – Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa;

European Commission (2009) - Territorial cohesion: unleashing the territorial potential, Background Document to the Conference on Cohesion Policy and Territorial Development: Make Use of the Territorial Potential, 10-11 Dezembro 2009, Kiruna, Suécia;

Francisco, M. et al (2008) - Contributos para a Coesão Territorial através de Projectos Participativos de Espaço Público, Encontro anual da Ad Urbem, LNEC, 12 Dez. 2008, Lisboa;

Lacaze, J.P. (1995) – Introduction à la planification urbaine : imprécis d'urbanisme á la française, Preses de l'école nationale dès Ponts et chaussés, Paris;